

RECURSO ESPECIAL Nº 1.371.526 - PE (2013/0058231-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : IZABEL URQUISA GODOI ALMEIDA E OUTRO(S) - PE012825
VITOR YURI ANTUNES MACIEL E OUTRO(S) - PE022411
RECORRIDO : HORTÊNCIO MEDEIROS PEREGRINO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : FELIPE BORBA BRITTO PASSOS E OUTRO(S)
ANA PAULA BORGES DE OLIVEIRA - PE016975

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF - contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª).

Cuidam os autos, na origem, de ação de revisão contratual proposta por HORTÊNCIO MEDEIROS PEREGRINO DA SILVA e ERICA WALDSER PAIVA PEREGRINO DA SILVA contra CEF.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 570/584).

Diante disso, as partes interpuseram as respectivas apelações. O eg. TRF 5ª Região conheceu e deu provimento ao recurso da CEF e conheceu em parte para, nessa extensão, dar parcial provimento ao recurso de HORTÊNCIO MEDEIROS PEREGRINO DA SILVA e ERICA WALDSER PAIVA PEREGRINO DA SILVA, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 836/838):

"CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATO DE MÚTUO: FIRMADO NO ÂMBITO DO SFH. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA CAIXA SEGURADORA. AFASTAMENTO DA MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. 'DESCABIMENTO. CRITÉRIO DE CORREÇÃO S DO SALDO DEVEDOR: PRIMEIRO. ABATE-SE A PRESTAÇÃO PAGA, DEPOIS REMUNERA-SE O CAPITAL EMPRESTADO. ANATOCISMO. PROIBIÇÃO. AFASTAMENTO, CONSTITUCIONALIDADE DO DL 70/66. REAJUSTE DOS PRÊMIOS DE SEGUROS. LEGALIDADE. ANULAÇÃO, DOS TERMOS DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. JUROS DE MORA NÃO - SUPERIORES A 2% AO ANO., 1. Trata-se de. Apelações Cíveis, interpostas pelos litigantes em epígrafe contra a sentença a

quo, proferida nos autos de ação ordinária de revisão de contrato de mútuo habitacional, firmado junto ao SFH.

2. Ilegitimidade passiva ad causam da''' CEF SEGURADORA S/A, bem assim afastamento da multa decorrente dos embargos declaratórios que opôs. Precedente desta Corte.

É cabível a restituição em dobro, se provada a má-fé do credor ao exigir, dívida inexistente, o que não é o caso dos autos. Rejeição do pedido. 4. A jurisprudência pátria se consolidou no sentido, de considerar constitucional a execução extrajudicial instituída pelo Decreto-Lei nº 70/66.

5. Os mutuários se insurgiram contra à correção do saldo devedor pela TR. Tem-se verificado os efeitos resultantes da previsão de distintas formas de correção das prestações mensais e do saldo devedor, de modo que, enquanto a evolução das prestações é contida, em muitos contratos, pela regra da equivalência salarial, o saldo devedor alcança patamares acerbos por ser guiado pelos índices de reajustamento das cadernetas de poupança. É patente que a garantia contratual da equivalência salarial, não se realiza - restando a correspondente previsão normativa esvaziada - quando, a despeito de a correção das prestações se verificar pela variação salarial, o saldo devedor avança por critérios financeiros díspares e de acentuada oscilação, sobretudo em condições inflacionárias. É público e notório que há grande diferença em relação aos percentuais de reajuste dos saldos devedores de empréstimos pelos índices das cadernetas de poupança é os reajustes de remuneração dos mutuários empregados. Cotejando-se qualquer índice financeiro com os reajustes salariais (quando ocorrentes) nos últimos anos, ver-se-á gritante disparidade. Até mesmo o modesto índice, da caderneta de poupança, torna-se elevado quando comparado com os reajustes salariais. A unificação, dos indexadores que corrigem as prestações e o saldo devedor permitiria uma evolução do débito de forma mais conforme com o escopo desse verdadeiro programa social'. Afastamento da TR e fixação do PES como critério de correção do saldo devedor. Precedente desta 1ª Turma: AG 2006.83.00.001976-0 (438523) - Rei. Des. Fed. Francisco Cavalcanti - DJU 29.05.2008 - p. 357.

6. 'A fórmula, segundo a qual corrige-se o saldo devedor majorando-o, para, após avultá-lo, deduzir a prestação devidamente quitada pelo mutuário, apresenta-se imprópria por não permitir zerar o saldo devedor e por transgredir ao escopo perseguido pelo Sistema Financeiro de Habitação, sob cuja égide se acha o contrato, em tela. A operação razoável deve ser expressa inicialmente abatendo-se a prestação quitada, para depois corrigir o saldo devedor, conforme art. 6º, c, da lei 4380/64' (TRF5,

Primeira Turma, AC 402054/PE, Rel. Des. Federal Francisco Wildo, j. em 01.03.2007, por maioria). Apelação dos mutuários também provida nessa parte. Precedente desta 1ª Turma: AC2002.83.00.017751-6 - : (436281) - Rel. Des. Fed. Francisco Cavalcanti - DJU 14.07.2008 - p. 293. Vencido o Relator neste particular.

7. 'A capitalização dos juros é proibida (Súmula 121/STJ), somente aceitável quando expressamente permitida em Lei (Súmula 93/STJ), o que não acontece no SFH. Admitido no acórdão que o modo de calcular a prestação implica, 'efeito-capitalização', o procedimento deve ser revisto para excluir-se a capitalização,' proibida pelo seu efeito. Recurso conhecido e provido. " (STJ, RESP 446916/RS, Rei. Min. Ruy Rosado DE AGUIAR,- julg. 01/04/2003, públ. DJ. 28/04/2003, pág/ 205). Precedente desta 1ª Turma: TRF 5ª R. - AC 2000. 83.00.020370-1 - 1ª T. - Rel. Des. Fed. Ubaldo Ataíde - DJU 29.11.2006, p. 1143. anatocismo afastado.

8. A forma de cálculo do reajuste dos prêmios do seguro, no contrato de mútuo habitacional; aqui examinado está atrelada a uma série de fatores .externos ao contrato, os quais os mutuários declararam conhecer quando firmaram aquele.

9.- Anulação dos termos de renegociação da dívida, posto que a CEF vem descumprindo algumas das normas contratuais estabelecidas entre as partes, como também desobedecendo normas imperativas contidas na legislação aplicável ao mútuo celebrado.

10. Os juros decorrentes da mora não podem ser superiores a 2% (dois por cento) ao ano, em obediência ao art. 52,- ,§1º, do Código de Defesa do Consumidor. Pleito autoral acolhido neste particular.

11. Apelação da CAIXA SEGURADORA conhecida e provida, para excluí-la da lide e isentá-la da multa pela oposição de Embargos' Declaratórios. .Apelação da CEF conhecida e provida em parte, para se afastar o pleito autoral de repetição do indébito. Apelação'dos mutuários conhecida em parte, e, nesta parte, provida parcialmente, para: (a) afastar a TR e fixar o PES como critério de correção do saldo devedor; (b) afastar o anatocismo; (c) manter a , decisão do Juízo a quo que determinou a anulação dos termos de renegociação ,da dívida, determinando que a CAIXA recalcule toda a evolução do financiamento, abatendo-se todos os pagamentos realizados desde a sua celebração, devendo os pagamentos subseqüentes ser efetuados,nos prazos e, no ,modo pactuados no contrato originário."

Os embargos de declaração opostos pela CEF não foram acolhidos (acórdão

de fls. 877/889).

Inconformada, CEF manejou o presente recurso especial (fls. 981/994), com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 535 do CPC/73; do art. 6º, §1º, da LICC; do art. 5º da Lei n.º 4.380/64; dos arts. 12, 17, 18, *caput* e §§ 1º e 4º, 20, 21, 23, parágrafo único, e 24 da Lei n.º 8.177/91; do art. 7º da Lei n.º 8.660/93; do art. 15 da Lei n.º 8.692/93; do art. 22 da Lei n.º 8.004/90; do art. 4º do Decreto n. 22.626/33; do art. 5º, inciso III, da Lei n.º 4.595/64; do art. 28 da MP n.º 1.768; e dos arts. 2º e 3º do CDC. Alega, ainda, a impossibilidade de anular a escritura de repactuação.

Contrarrazões às fls. 1.086/1.100.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.

(...)

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

6. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APECIAÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao

art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, a recorrente ainda invoca a violação dos arts. 2º e 3º do CDC, ao argumento de que não há relação consumerista nos financiamentos do Sistema Financeiro Habitacional. O recurso, contudo, não merece acolhimento, pois, conforme entendimento desta eg. Corte Superior, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos do SFH, salvo aqueles anteriores ao referido diploma consumerista e aqueles vinculados ao FCVS. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação quando celebrados antes de sua entrada em vigor; e também não é aplicável ao contrato de mútuo habitacional, com vinculação ao FCVS, como no caso em apreço. Precedentes.

2. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1465591/MT, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. COOPERATIVA EQUIPARADA A ESTABELECIMENTO COMERCIAL E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS. LIMITAÇÃO A 1% AO ANO. APLICAÇÃO DO ART. 5º DO DECRETO-LEI 167/67. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que as cooperativas de crédito integram o sistema financeiro nacional, estando sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor.

Precedentes.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 906.114/PR, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 21/10/2016, g.n.)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto ao art. 6º, § 1º, da LICC; art. 4º do Decreto n. 22.626/33; art. 5º, inciso III, da Lei n.º 4.595/64; e art. 28 da MP n.º 1.768/98. Sob as referidas violações, afirma-se ser possível o anatocismo mensal. O eg. TRF 5ª Região, por seu turno, concluiu pela impossibilidade da capitalização mensal de juros, pois o contrato foi firmado em 1991, antes da MP n. 1.963-17/2000.

Com efeito, o v. acórdão recorrido está conforme orientação deste Sodalício, firmada na Súmula n. 539/STJ, segundo a qual *"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada"*. Dessa forma, nesse ponto, o recurso esbarra na Súmula n. 83/STJ.

Por fim, nas razões do apelo nobre, sustenta-se não ser possível anular a escritura de repactuação por ser mais favorável aos mutuários, ora recorridos. A recorrente, contudo, olvidou-se de mencionar os dispositivos que tenham sido supostamente ofendidos pelo v. acórdão recorrido. Com efeito, é uníssono o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a alegação genérica no recurso especial atrai, por analogia, a Súmula 284/STF. Nessa mesma linha de intelecção os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS NO IMÓVEL. COBERTURA CONTRATUAL. PROVA. VALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025/CPC. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INVIABILIDADE. MULTA. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

4. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. *Agravo interno a que se nega provimento.*"

(AgInt no AREsp 377.471/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. 1. CÁLCULO DA VERBA INDENIZATÓRIA. MODIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DIVIDENDOS. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. Quanto aos dividendos, não tendo a recorrente indicado, nas razões do apelo nobre, nenhum dispositivo legal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido ou objeto de interpretação divergente pelos tribunais, tem incidência a Súmula n. 284 do STF.

3. *Agravo regimental desprovido.*"

(AgRg no AREsp 824.605/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 05/04/2016, grifou-se).

Noutro vértice, o recurso merece prosperar quanto à incidência do TR para correção do saldo devedor. Nesse ponto, o eg. TRF 5ª Região manifestou-se nos seguintes termos (fl. 828):

"Os mutuários -se insurgiram contra a correção do saldo ,devedor pela TR. 'Tem-se verificado os efeitos resultantes da previsão de distintas formas de correção das prestações mensais e do saldo devedor, de modo que, enquanto a evolução das prestações é contida; em muitos contratos, pela' regra da equivalência salarial, á .saldo devedor alcança patamares acerbos por ser guiado pelos índices de reajustamento das cadernetas de poupança. E patente que a garantia contratual da equivalência salarial não se realiza - restando a correspondente previsão , normativa esvaziada - quando, a despeito de a correção das prestações se verificar pela Variação salarial, o saldo devedor avança por critérios financeiros díspares e de acentuada oscilação, Sobretudo em condições inflacionários. E público e notório que há grande diferença em relação aos percentuais de reajuste dos saldos devedores de empréstimos pelos índices das cadernetas, de poupança e os reajustes de rernuneração dos mutuários empregados. Cotejando-se qualquer índice financeiro com (os reajustes salariais

Superior Tribunal de Justiça

(quando ocorrentes) nos últimos anos, ver-se a gritante disparidade. Até mesmo, o modesto índice da caderneta de poupança torna-se elevado, quando comparado com os reajustes Salariais.

A unificação dos indexadores que corrigem as prestações e o saldo devedor permitiria uma evolução do débito de forma mais consentânea com a situação fática vivenciada pelos mutuários, fazendo desaparecer ou - amenizar à figura do resíduo. Essa uniformização apenas pode se verificar com a prevalência da equivalência salarial, por ser o critério mais conforme com o escopo desse verdadeiro programa social., Afastamento da TR e fixação do PES como critério de Correção, do saldo devedor."

Ocorre que, no Tema Repetitivo n. 53, entendeu-se que *"No âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a partir da Lei n. 8.177/1991, é permitida a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária do saldo devedor, que também será cabível ainda que o contrato tenha sido firmado antes da Lei n. 8.177/1991, mas desde que haja previsão contratual de correção monetária pela taxa básica de remuneração dos depósitos em poupança, sem nenhum outro índice específico"*.

Dessa forma, o apelo nobre merece provimento nessa parte a fim de permitir a utilização da Taxa Referencial como índice de correção do saldo devedor, pois, ainda que a avença seja anterior a 1991, é possível o uso desse índice já que previsto no contrato firmado entre as partes.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para permitir o uso da Taxa Referencial como índice para correção monetária do saldo devedor.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator